

**ANAIS DO
IIIº Colóquio Periódicos & Literatura:
o estado da arte e uma projeção para o próximo biênio**



**O IDEÁRIO CATÓLICO EM
A VIUVINHA, DE JOSÉ DE ALENCAR, E NO
PERIÓDICO**

A ABELHA – VERDADE E CARIDADE

Iza Quelhas
UERJ

Literatura e representações

(...) **a dor tinha dado lugar à reflexão**; e ele podia enfim lançar um olhar sobre o passado, e medir toda a profundidade do abismo em que ia precipitar-se. (*A viúvinha*, s/d, p. 11) [grifos meus]

Neste artigo foram reunidos comentários sobre o ideário católico, em sua realização discursiva, em diálogo com o romance *A viúvinha* (1857), de José de Alencar (1829-1877), ao contrastar tópicos da ficção e dos elementos de teor doutrinário do periódico em questão. A pesquisa sobre os periódicos, como subsídios de fonte primária, incorpora a imprensa como agência de produção e difusão cultural, inserindo-a no campo de estudos da literatura e da história social. Em relação à proposta, destaco duas questões mobilizadoras: a predominância do poder da Igreja Católica, durante o Segundo Reinado, por um lado; a questão moral e civilizadora que Alencar defendeu, por outro, como intelectual e agente político vinculado às ideias defendidas pelo partido Conservador ao qual se vinculava, incluindo o ideário católico então vigente.

Na literatura e nas artes, o ideário romântico, os símbolos e valores da Igreja Católica funcionam como sustentação de um processo civilizatório na obra ficcional de José de Alencar. À figura do escritor canônico soma-se a participação do intelectual atuante, sintonizado com o catolicismo e com certos aspectos do progresso. Trata-se de um escritor que se incumbiu de divulgar o Romantismo ao propor representações de nação, de nacionalidade, de convivência social e urbanidade. A função de intelectual, portanto, adequa-se ao que representa a cruz e a lei, sendo o Império do Brasil o “escolhido”, como herdeiro, para realizar a civilização da raça latina

(DOMINGUES, s/d). A *luta íntima* travada pelo protagonista de *A viúvinha* é minimizada pelas escolhas que o escritor valoriza em termos de construção de uma sociedade que represente o país e uma cidade, a capital do império, em meados do século XIX.

O romance enfatiza habilidades. na ficção e na atuação numa cultura política em formação, de José de Alencar de representar maneiras de pensar ou de sentir, situando os protagonistas em determinados grupos sociais. O romance citadino ou urbano de Alencar não é um retrato idealizado de uma sociedade ou de um indivíduo, muito menos um protesto contra a ordem instituída. Em *A viúvinha* há um descompasso em relação a correntes mais libertárias do Romantismo, a partir da valorização de ideias conservadoras, que se apropria dos hábitos do cavalheirismo, numa sociedade patriarcal e sustentada pela escravidão. A regra e o compasso estão nas mãos desse escritor que prioriza as instituições, a tradição e a Igreja, enquanto vislumbra em certo progresso – a melhoria material das condições de vida nas cidades, por exemplo – um caminho que se bifurca. Não por acaso, no desfecho do romance folhetim, o espaço romanesco desloca-se para um local bucólico, afastado da ebulção das cidades e do ambiente nefasto da corte. O isolamento e o conservadorismo vencem a crença que se mostra superficial no progresso.

Ao dar voz aos sentimentos contraditórios e intensos que atravessam o protagonista, num momento de mudanças (no caso da ficção, no estado civil), o suicídio que ocorre no pensamento de Jorge é uma ideia não consumada. A *luta íntima* vivida pelo personagem dimensiona o dilaceramento também da instância autoral, identificada com a imagética e temática românticas sem sentir horror à realidade. Tem-se uma autoconsciência atormentada que permanece por todo o romance após o casamento de Jorge e Carolina. Essa autoconsciência, no entanto, não promove rupturas com o *status quo*, pelo contrário, a luta íntima ocorre para que o indivíduo se adeque a uma sociedade que já tem esgotada sua cota de desgraçados e miseráveis. Estes não aparecem nos romances alencarianos. Ao protagonista é dada a possibilidade de renascer das cinzas, mantidos, inclusive, os privilégios de sua classe social.

Quanto ao gênero literário, o folhetim, criado pelos franceses, divulgado nas grandes cidades, era uma narrativa marcada pela função de entretenimento, que passou a ocupar determinadas partes do jornal, os rodapés, nas primeiras décadas do século XIX. Na capital do Império, o gênero favoreceu o interesse pelos jornais diários que circulavam, com mais frequência, em ambientes citadinos. Na França, o *Feuilleton* (MEYER, 1996) ocupou os rodapés de periódicos da época, dividindo o espaço da página com gêneros textuais e discursivos variados: receitas de beleza, receitas de cozinha, moda, eventos da corte considerados mundanos e toda a sorte de textos que atraíssem leitores, cansados de

periódicos repletos de comunicações oficiais e controlados pela censura de Napoleão I (NADAF, 2009).

Na trama do romance, a importância da herança paterna, perdida pelo filho em jogos e apostas ou futilidades, introduz uma questão maior: a relação dos personagens com o dinheiro ou o capital, com o sistema de troca e de empréstimo, numa concepção de capitalismo atrelado às transformações urbanas, que implicam modos de sentir, agir, falar e comunicar em sociedade. Na esfera pública, em construção no Brasil oitocentista, a imprensa doutrinária, ao agregar pessoas, indivíduos em torno de valores, significados mentais e culturais, torna perceptíveis as práticas de inclusão e de exclusão, como acontece em relação ao suicida, rechaçado pelas leis eclesiásticas, citado em texto no periódico investigado e presente no enredo alencariano.

Em *A Abelha – verdade e caridade*, no primeiro número, no texto intitulado “O suicida”, é afirmado que um indivíduo que se mata deve ser tratado como um criminoso, da pior espécie, sem perdão. No romance de Alencar, o suicídio é uma saída imaginada pelo personagem, não consumada, pois predomina a racionalização do problema e a intervenção do tutor, elementos da trama que serão conhecidos pelos leitores apenas ao final da narrativa.

Os suicidas, em sua maioria, como afirma o narrador, tiram a própria vida por motivações financeiras, falências, ausência de perspectivas de futuro. O dinheiro, portanto, está no centro das motivações desses indivíduos. Em pleno movimento do Romantismo, as questões materiais e financeiras são colocadas no mesmo plano do idílio amoroso.

Periódicos e literatura: instâncias de produção, difusão e consumo

Na História Cultural, a produção teórica e ensaística de Roger Chartier (1990) destaca o conceito de representação que resulta de práticas, na atribuição de sentidos e significados plurais. Os sentidos, para Chartier, são historicamente construídos, portanto, podem mudar. Em *A viúvinha*, as representações apontam um ideal de vida burguesa almejado por uma elite letrada na qual Alencar se move, perfeitamente integrado.

No âmbito da imprensa, o periódico *A abelha religiosa - verdade e caridade*, em circulação no ano de 1854, publicado pela Empresa Typográfica Paula Brito, destina-se a propósitos doutrinários e de divulgação dos feitos eclesiásticos. Cumpre observar que as representações acionam valores tão burgueses quanto católicos, implicam renúncia, sacrifício e devoção, virtudes que os protagonistas revelam no decorrer da trama. É nítida a identificação com a moral católica ajustada às qualidades dos protagonistas e à manutenção do patriarcado.

Dos números um ao sexto, o jornal apresenta teses e considerações a respeito de temas variados: a “Terra de Santa Cruz”, a canonização de Anchieta; as diferenças entre panteísmo, progressismo e catolicismo, com a superioridade deste último; a adoção do véu por parte de mulheres em “Triunfo da religião”; a “roda dos *engeitados*” (grafia original; grifos meus) como uma invenção ou filha da caridade; a comparação do ateu ao mais “imprudente mentiroso”, e a solução cristã para fazer desaparecer o “facho das revoluções”.

A Constituição de 1824 (NOGUEIRA, 2012) negou liberdade religiosa a todos que não fossem católicos, mantida a religião do Império. As demais religiões serão apenas “permitidas”. De acordo com o artigo 5º:

A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com *seu culto doméstico, ou particular em casa para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo*. [grifos meus]

A contraditória noção de liberdade submete-se ao controle: a não participação em cultos ou rituais de religiões não católicas. Não poderia haver um templo fora do ambiente doméstico que não fosse católico. Atendidas tais condições, havia o que foi chamado *liberdade religiosa*. A Constituição Política do Império estabeleceu que a religião Católica Apostólica Romana se tornara, após 1822, a religião do Império (art. 5º), com todas as implicações de um Estado confessional. O imperador, antes de ser aclamado, teria que jurar manter a religião (art. 103), sendo competência do poder executivo *nomear os bispos e prover os benefícios eclesiásticos* (art. 102, II). Havia, assim, pela Carta Constitucional de 1824 *uma questionável garantia de crenças*, sem liberdade de cultos, sem liberdade para a construção de templos como espaços de congregação e reunião. Outras religiões ou práticas religiosas são denominadas crenças e ignoradas pelo texto constitucional.

A Abelha religiosa – Verdade e Caridade

Em 29/07/1854, o periódico católico publica o primeiro número, propriedade da Empresa Dois de Dezembro. Foi distribuído gratuitamente aos senhores acionistas; quando não acionistas, o preço consistia em 80 rs. O jornal tinha uma sede na Praça da Constituição, número 64, publicado pela Empresa Typográfica Paula Brito.

Sobre a importância, apesar de negada pela Igreja, da Revolução Francesa, em publicações periódicas, há um reconhecimento de sua influência, o que deveria ser objeto de refutação e construção de estratégias (KLAUCK, 2011) que mantivessem a racionalidade no discurso católico. Nas palavras de Costa Lima, no Capítulo II, de “O Iluminismo francês e Diderot”, na primeira parte, “Racionalismo e religião” (LIMA, 1988) são analisadas as mudanças relacionais da religião e da razão. Esta, identificada com “uma faculdade

comum a todos os homens normais, o senso comum” (Idem, p. 7980). No periódico católico, no texto intitulado “O que é ser homem”, às perguntas feitas sucedem negativas: ao homem não basta a razão, qualidade humana destacada pela Revolução Francesa, que o diferenciaria dos outros animais. Seriam necessários a “inteligência” e o seu uso para distinguir, conformar, isto é, harmonizar. É indispensável controlar, no caso, o controle seria o da Igreja.

A Abelha Religiosa – verdade e caridade aponta seu principal objetivo que se conforma, por sua vez, à racionalidade. No subtítulo, a “verdade” e a “caridade”, além do trabalho infinito que atribuem os religiosos a Deus, ao homem caberia identificar a verdade, formar ou dispor, saber a quem a caridade se destina, isto é, quem é merecedor ou não. No significado etimológico, a palavra caridade, substantivo feminino, reúne um primeiro conjunto de sentidos (‘benevolência, complacência, compaixão’), num segundo, ‘benefício, esmola’, documentada no século XIII (CUNHA, 1982). A razão e o uso da inteligência do homem são a realização mais plena da semelhança ao ser divino. Nas páginas seguintes, imagens do periódico, com data de 29 de julho de 1854.

completo. O Exm. Bispo Presidente da Associação foi recebido pelos associados que se achavam presentes, entre os quaes figuravam a Presidente da Directoria a Exma. Snra. D. Carlota Guilhermina de Lima e Silva e seu marido o Exm. Sr. tenente-general Manoel da Fonseca Lima e Silva, o Exm. Sr. chefe de divisão Joaquim Marques Lisboa, vice-Presidente, e sua Snra. a Exm. Snra. D. Maria Eufrasia Lisboa, o 1.º Secretario o Sr. Dr. Sebastião José de Carvalho, o Secretario adjunto, Luiz Antonio dos Santos, o Thesoureiro o Sr. Joaquim Pereira de Oliveira Bastos, o Sr. Diogo Andrew, o Sr. José Henrique de Araujo, e outros, de quem ignoramos os nomes; as Superiores das Irmãs da Caridade do Hospital da Santa Casa, do Hospicio de Pedro Segundo, do Asylo de Beneficencia Franceza com varios Irmãos; o Visitador da Congregação da Missão o Sr. Padre Moraes, o Superior das Irmãs de Caridade o Sr. Padre Maller, e depois de se proceder á benção do edificio, disse S. Ex. Rm. Missa, acompanhada do cantico sagrado entoado pelas Irmãs da Caridade e do mais profundo recolhimento do auditorio, que necessariamente não esqueceu, nas orações que com o Prelado dirigiu ao Omnipotente pelo bom exito da obra — **JOÃO VICENTE MARTINS!**.. Mais de uma lagrima attesta este tributo de amor e de reconhecimento ao primeiro instrumento que escolheu a Providencia para plantar esta santa arvore, que promette, regada com sua graça, dar tão excellentes fructos.

S. Ex. Reverendissima, depois de visitar os tres estabelecimentos retirou-se, sendo acompanhado até a rua do Livramento por todas as pessoas presentes, deixando-as penhoradas de sua bondade e cordialidade. Em todos os semblantes se via a satisfação transpirar.

O collegio está bem situado, a casa é vasta, isolada e bem arejada, offerecendo o mais pittoresco e encantador ponto de vista, o asylo e escola estão em um plano muito mais baixo e logo a entrada do portão, em distancia sollrivel do collegio.

Parabens, ó Brasil! ó minha terra, parabens! O beneficio que a Providencia te outorga é inapreciavel. Uma mulher educada christãmente é um thesouro, é preferivel mil vezes ao *dinheiro*.

Honra á Associação de S. Vicente de Paulo, que compenetrada do beneficio de uma boa educação religiosa, assim procura a felicidade de seus concidadãos.

Respeito e gratidão ás filhas de S. Vicente de Paulo, ás sublimes Irmãs da Caridade, que se consagram unicamente a fazer a felicidade da humanidade, sacrificando as mais doces afeições do coração, familia e patria!

Gloria a Deos, que tanto protege o nosso Paiz!

Tributo de saudade e reconhecimento a — João Vicente Martins!

A morte deste homem, que parecia dever abalar a Associação, não fez senão mostrar que elle havia conseguido arraigar o seu pensamento no coração dos poucos socios que existiam, e que a obra era toda da Providencia: eil-a que modesta e religiosa inceta a vereda que lhe foi indicada, dando seu primeiro passo sem ostentação invocando com fervor a Deos.

E Deos a protegerá!

● **Suicida.**

Oh desgraçado, tu que temes o homem encolerizado, que empallideces á vista do animal furioso, como te atreves, ó pó, a affrontar o Omnipotente?!.. O teu crime prova superabundantemente que não tens religião.

Se crêses que existe um Deos, que por sua natureza não póde deixar de castigar-te por teu nefando crime, não te atreverias a comparecer perante Elle, réo do roubo de uma existencia, para a qual nem directa, nem indirectamente concorreste, nem podias concorrer, e que por consequencia não era tua. Mil vezes desgraçado tu ouvirás de sua boca estas terriveis palavras: « *Aparta-te de mim, maldito, vae para as chammas eternas!* »

A verdade e o erro, a luz e as trevas, a virtude e o crime repellem-se, odeiam-se, não se pódem alliar. Deos, virtude, luz e verdade, necessariamente não póde perdoar o suicida voluntario, embora digam os espiritos fortes o que quizerem; o suicida voluntario não achará graça perante o Pae das Misericordias, e eternamente padecerá as consequencias de seu crime.

As leis da Igreja Catholica negam sepultura eccllesiastica ao cadaver do suici-

Imagem 1 *A abelha* – verdade e caridade, número 1, sábado, 29/07/1854,

da; e porque não se porá em vigor tão salutar determinação? Ai da autoridade ecclesiastica que ordenasse tal exclusão! Veja-se o que soffreu o Exm. Bispo de Pernambuco, por querer manter a disciplina, cuja guarda lhe foi confiada!

Os parentes, os amigos, os espiritos fortes e fracos, todos vociferariam contra o despotismo clerical; entretanto esses horrendos crimes se repetem amiudadas vezes entre nós!... Tremamos pelo nosso futuro !.. Não ha fumaça sem fogo; estas immoralidades pronosticam a gangrena da Sociedade.

Nenhum bruto attenta a seus dias; memoria de homem commemora que doudo algum tenha-se matado, deixando após si cartas que revelam o melhor arranjo de idéas, e até mesmo calma de espirito; consequentemente, o suicida voluntario é mesmo perante os homens e as suas leis digno de horror e de que não seja equiparado a aquelles que morrem soffrendo os revezes da fortuna, a desgraça da familia, fiel ás leis de Deos e dos homens.

Legisladores brasileiros, meditaes no que levamos dito e lembrae-vos de que sem religião não ha sociedade possível; lêde a historia dos acontecimentos, e não o pensar daquelles que a escrevem; Deos recompensador do justo, e castigador do criminoso, é a sanção da lei humana, e quem zombar de Deos, melhor zombará dos homens e de suas leis.

Os bens de mão morta.

Estes bens, em quasi toda a Europa e no Brasil, mereceram e merecem a solicitude dos homens poderosos; este patrimonio dos pobres, enquanto não passa para a bolsa dos ricos, é objecto de compaixão para certa classe de homens que se denominam economistas, que a todo o instante choram estes capitães que chamam enterrados e que poderiam render tanto, se fossem amobilisados; isto porém não é tanto para admirar, como a resignação dos depositarios de taes bens, que bem longe de recorrerem ao direito que lhes

assiste, deixam tranquillamente que lhes seja arrancado o deposito que lhes havia sido confiado.

Procuraremos mostrar em que realmente se emprega o rendimento dos bens de mão-morta, para o que em primeiro lugar pedimos ás respeitaveis Ordens 3.^{as} que em carta fechada dirijam a esta typographia o numero de esmolos que dão annualmente, os doentes que tratam em seus Hospitales e a domicilio, os dotes que repartem com donzellas para se casarem, e as quantias que dão a viuvas.

A mesma petição dirigimos ás Irmandades, com especialidade ás de S. Pedro e Candelaria.

Estas informações serão opportunamente publicadas, e servirão de alicerce ao trabalho que temos em vista apresentar.

O Hospital da Santa Casa da Misericordia.

Este estabelecimento offerece ao homem grande e profunda meditação! Quão sublime é a religião! Só ella é capaz de edificar palacios á pobreza, e á miseria! Só ella faz que o homem deixe de ser egoista, e se lembre de seus irmãos pobres; só ella é capaz de abrir a mão do usurario, e de dar um coração ao homem politico!

Que aceio, que commodidades, que soccorros, se observam nesse magestoso edificio.

Abalisados medicos, peritos operadores, sublimes Irmãs de Caridade, se consagram ao serviço da humanidade soffredora e pobre; classes, côres, estados, tudo desaparece ao ultrapassar o lumiar da Santa Casa; só o homem soffredor é o que é ali considerado. Esta importante repartição, objecto de solicitude do finado Conselheiro José Clemente Pereira, continuará na senda que elle delineou; nós o esperamos de Deos e da Administração que devê reger os seus destinos.

A *Abelha Religiosa* é propriedade da — *Empreza Dous de Dezembro* — e distribue-se — gratis — aos Srs. accionistas. Os ns. avulsos vendem-se, por ora, a 80 rs., na praça da Constituição n. 64.

Emp. Typ.—DOUS DE DEZEMBRO — de PAULA BRITO
Impressor da Casa Imperial.

Imagem 2

A abelha – verdade e caridade, número 1, sábado,

29/07/1854, p. 4.

No texto “O suicida” (Imagens 1 e 2), há uma defesa contundente do poder de exclusão das leis da Igreja Católica ao determinar a negação de sepultamento de um suicida em terreno abençoado, com os ritos católicos. O sujeito do discurso dirige-se, no início a quem chama “desgraçado”, por afrontar o “Onipotente” com seu crime (o suicídio). O fato de ser um suicida torna-o imediatamente sem razão, por não fazer uso da inteligência. É justificada a prática dessa “salutar determinação” (das leis

eclesiásticas) por ser incumbência dos clérigos a exclusão e o banimento, ações dissimuladas num procedimento pedagógico disfarçado em bem comum. No último parágrafo, o *eu do discurso* dirige-se aos “legisladores brasileiros”, clama por concordância e o argumento final, ápice do que é defendido: “sem religião não há sociedade”.

O suicídio e a luta íntima

No texto do periódico “O Suicida”, há uma contundente crítica da igreja a quem tira a própria vida. Em termos de associação reflexiva, tanto o periódico quanto o romance dialogam: o valor da vida do indivíduo afeta a manutenção da Igreja, do Estado imperial e do capitalismo em ascensão. Em *A viúvinha*, destaco os capítulos V, VI e VIII, que reúnem comentários explícitos do narrador em relação aos suicidas e ao lugar que, na cidade do Rio de Janeiro, era chamado de “O templo do suicídio”. Este se localizava no terreno onde eram realizadas obras para a construção de uma instituição assistencialista: os “largos alicerces do Hospital de Santa Luzia” (p. 15). Numa comparação com o que acontecia em outras grandes cidades como Lisboa e Paris, Alencar antecipa-se a críticas que pudessem atribuir as causas do suicídio a um processo civilizatório incipiente, no país.

Escritor comprometido com a representação do nacional e a um projeto edificante da literatura (ter o que ensinar a quem precisa aprender), Alencar elabora uma narrativa, com elementos de suspense, antecipação e retardo que emprestam à história ficcional a dimensão de um romantismo que dialoga com a realidade e os costumes sociais, marcando o alcance do folhetim por sua sintonia com o tempo presente no qual se insere. Longe de uma interpretação melancólica ou saudosista, Alencar problematiza designações atribuídas, em sua maioria, aos artistas românticos, reunidos em grupos antagonísticos: “revolucionários” ou “reacionários” (SAYRE; LOWY, 1995). Sua adesão aos ideais católicos, num contexto amplo dos processos civilizatórios e às transformações urbanas e sociais implicadas, não invalida a modernização urbana, ao mesmo tempo em que mantém o conservadorismo nas relações sociais.

O texto “O Suicida”, no periódico, orienta seu discurso aos legisladores brasileiros, criminaliza o suicídio; o suicida é um criminoso que merece a exclusão e a punição social. No romance, o suicídio é um “quase”, não um ápice, revelado apenas ao final como um engano imposto aos leitores: são omitidos os detalhes do episódio que envolve a conversa entre Jorge e seu tutor, no momento em que, após o casamento, Jorge trava sua luta íntima. A ausência de informações, no tempo da história é um “gancho” que mantém o interesse de leitores no enredo ficcional. Jorge, o protagonista, reaparecerá com seu nome próprio ao surgir como um “renascido”, com a posse da fortuna construída pelo sacrifício e obstinação, virtudes que dominam sua participação na segunda parte do romance. Nesse

desdobramento, o foco na viúva, Carolina, é um apêndice da exigência moral que prevê a submissão feminina, também sob o signo do engano, quando a personagem afirma não reconhecer no estranho o marido falecido. O engano e a virtude se completam.

Efêmeros e duradouros: a construção de memórias

O título do periódico anuncia a proposta de doutrinação do ideário católico, mas o faz com uma racionalidade afim a um pensamento livre ou às ideias propagadas, com mais vigor, desde os Renascentistas (LIMA, 1988). Estes preconizavam a razão e a irreligiosidade como necessidade de ultrapassar as escolhas e prioridades do homem medievo. Por esse viés, a racionalidade se propaga em textos doutrinários religiosos, ao colocar em funcionamento e proximidade a fé, os avanços científicos e as transformações sociais. Nesse diálogo que explora a intersecção de ideários e valores, tem-se uma cultura política, para a qual a literatura e a imprensa contribuíram diretamente para formar. Segundo Almond e Verba (1963), a cultura política é expressão de um sistema político através de percepções, sentimentos e avaliações ou práticas sociais e culturais produzidas por grupos sociais, numa tentativa de agregar valores e compartilhamentos do que é mais ou menos abstrato, mas intensamente significativo para a vida em sociedade. A orientação para a caridade, no periódico e no romance, ressaltadas as respectivas especificidades, sugere uma percepção de que há um crescente e, possivelmente, ameaçador, número de pessoas sem meios de sobrevivência ou subsistência. Essa população de excluídos não é representada na obra alencariana, no periódico católico aparece como reunião de indivíduos que precisam ser doutrinados. O exercício da caridade, portanto, torna-se um problema e uma urgência inadiável.

A narrativa, nas últimas páginas, reassume feição epistolar; uma carta destinada a uma parente, uma confissão que pressupõe expiação. Jorge provocara a própria falência, no uso desmedido da herança paterna, ao fim, o tutor, senhor Almeida, elege os filhos do casal, Jorge e Carolina, como herdeiros legítimos de seus bens. Essa proximidade entre personagens que têm parentesco ou íntima relação permite enunciar segredos valiosos.

A herança e seus significados assumem uma dinamicidade que tem a ver com a sociedade e o modo como opera as relações de parentesco e intimidade social no tempo. Aquele que foi um tutor deixa toda a sua fortuna, num testamento, aos filhos de Jorge, tornando-os seus legítimos herdeiros. O parentesco é, portanto, também construído, não se limitando aos elos de sangue.

Jorge e sua mulher são hoje nossos vizinhos; têm uma fazenda perfeitamente montada. Para evitar a curiosidade importuna e indiscreta, haviam imediatamente abandonado a corte.

A boa D. Maria já está bastante velha. O sr. Almeida partiu há seis

meses para a Europa, tendo feito o seu testamento, em que instituiu herdeiros os filhos de Jorge.

A rede de relações que se visualiza no final do romance pode identificar-se ao que Jacques Le Goff (1990) designa como comunidade discursiva. Le Goff assim nomeia, no campo das representações, quando estas se ligam a um circuito de significados validados socialmente. A comunidade discursiva é também a que aproxima conflitos e identificações, apropriações e produção de sentidos de uma cultura política em elaboração coletiva. A periodicidade do jornal, que divulga e promove o romance folhetim, na segunda metade do século XIX, funciona na esfera da produção e do consumo. Na comunidade discursiva que tanto a imprensa quanto a literatura construíram, com maior intensidade, no Brasil oitocentista, os periódicos são efêmeros e a construção da memória, tal como a ficção, infinita, em possibilidades. Tem-se a importância de estudos que explorem aproximações e/ou intersecções *inter* e transdisciplinares.

Referências

a) Bibliográficas

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Irineu; QUELHAS, Iza (Org.). *Papéis efêmeros, explorações permanentes*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 1990.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NADAF, Yasmin Jamil. O romance-folhetim francês no Brasil: um percurso histórico. *Letras*, Santa Maria, v. 19, n.2, p. 119-138, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; OLIVEIRA, Paulo Motta; DAVID, Sérgio Nazar; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Org.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras*. V. I. 1824. Brasília: Senado Federal, 2012.

SAYRE; R.; LOWY, M. *Revolta e melancolia*. O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

b) Digitais

A Abelha – Verdade e Caridade. Sábado, 29/07/1854, número 1. Site da Hemeroteca digital da FBN, disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18/10/2016.

ALENCAR, José de. [s/d]. *A viuvinha*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. In: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2089. Acesso em: 10/07/2016.

COSTA, Emília Viotti da. “Concepção do amor e idealização da mulher no Romantismo – considerações a propósito de uma obra de Michelet”. *Alfa* – Revista de Linguística. In: seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3216. Acesso em: 12/10/2016.

DOMINGUES, Beatriz Helena. “Neotomismo e ciência moderna: a revolução científica na península ibérica”. In: www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh3/trabalhos/Beatriz%20Helena%20Domingues.pdf. Acesso em: 08/08/2017.

KLAUCK, Samuel. “A imprensa como instrumento da defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX”. *Mneme* – Revista de Humanidades, 11(29), 2011, jan./julho. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>. Acesso em: 15/11/2016